

# **PORTARIA Nº 45 DE 16 DE JANEIRO DE 1998 - (REVOGADA)**

(Publicada no Diário Oficial de 17 e 18/01/1998)

Ver Portaria Conjunta SEFAZ/SCT nº 01/99, publicada no DOE que 24/02/1999, que dispõe sobre a devolução do saldo remanescente em conta corrente após a execução de projeto cultura beneficiado pelo FAZCULTURA.

Revogada pela Portaria nº 288/02.

**Esclarece o alcance das disposições dos arts. 16 e 19 do Regulamento do FAZCULTURA, aprovado pelo Decreto nº 6.152/97, e dá outras providências.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos arts. 16 a 19 do Regulamento do Programa Estadual de Incentivo à Cultura - FAZCULTURA, aprovado pelo Decreto nº 6.152, de 02 de janeiro de 1997 e considerando a necessidade de esclarecer o alcance das disposições contidas nos artigos 16 e 19 deste Regulamento,

## **RESOLVE**

**Art. 1º** A expressão “valor do imposto a recolher” contida no art. 16 do Regulamento do FAZCULTURA, aprovado pelo Decreto nº 6.152/97, poderá corresponder às seguintes situações:

**I** - imposto apurado pelo regime normal, na forma do art. 116 do Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto 6.284, de 14 de março de 1997;

**II** - imposto devido pela importação do exterior de mercadorias ou bens, no desembaraço aduaneiro, mesmo que este ocorra em portos ou aeroportos situados fora do Estado da Bahia;

**III** - imposto apurado na forma do art. 118 do RICMS e do Decreto nº 6.316, de 4 de abril de 1997;

**IV** - imposto devido nas operações de substituição ou antecipação tributária.

§ 1º O abatimento poderá ocorrer cumulativamente nas hipóteses dos seguintes incisos do *caput* deste artigo:

§ 2º O valor a ser abatido em qualquer das hipóteses dos incisos deste artigo não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) do total devido em cada período de apuração.

**Art. 2º** Quando o Patrocinador for contribuinte que comercialize mercadorias exclusiva ou predominantemente sujeitas ao instituto da substituição tributária, de forma que o valor do imposto a recolher, de responsabilidade própria, seja inferior ao valor do incentivo num dado período de apuração, este deverá emitir Nota Fiscal de ressarcimento, na forma do inciso III, do art. 368 e seus parágrafos, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 6.284/97, no que couber, observadas as disposições dos parágrafos deste artigo.

§ 1º Na remessa da Nota Fiscal de ressarcimento ao contribuinte substituto o contribuinte substituído (Patrocinador) deverá anexar à mesma cópia reprográfica do Título de Incentivo de que cuida o Regulamento do FAZCULTURA.

§ 2º A nota fiscal de ressarcimento deverá ser emitida exclusivamente para esse fim,

em nome de qualquer contribuinte substituto com quem o contribuinte substituído mantenha negócios normalmente, e obedecerá ao seguinte indicar no seu corpo:

**I** - o número do Título de Incentivo emitido pela Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), na forma do Regulamento do FAZCULTURA;

**II** - menção à cláusula terceira e do Convênio ICMS 81/93, quando o estabelecimento substituto estiver sediado em outra unidade da Federação, além do previsto no inciso anterior;

**§ 3º** O valor do ressarcimento a ser consignado na nota fiscal deverá limitar-se, em cada período de apuração, a 5% (cinco por cento) do imposto a recolher como previsto no art. 16 do Regulamento do FAZCULTURA.

**§ 4º** É vedada qualquer indicação no campo destinado ao destaque do imposto na Nota Fiscal destinada a ressarcimento.

**Art. 3º** Na escrituração dos dados requeridos no art. 19 do Regulamento do FAZCULTURA será consignada a expressão “**Lei 7.015/96 - Título de Incentivo nº \_\_\_\_\_, valor abatido R\$ \_\_\_\_\_**” obedecendo ao seguinte:

**I** - se a apuração do imposto ocorrer pelo regime normal: no livro Registro de Apuração do ICMS - RAICMS, no quadro relativo à apuração dos saldos, linha “014 - Deduções”;

**II** - se relativo a imposto devido pela importação do exterior: no Documento de Arrecadação Estadual (DAE), no campo 22 - “Informações Complementares”;

**III** - se relativo a imposto devido por antecipação ou substituição tributária: observar o previsto no inciso anterior, obedecidas as regras do artigo seguinte.

**IV** - se relativo a imposto apurado pela receita bruta (inciso III do artigo anterior): na coluna “Observações” do Registro de Saídas;

**Art. 4º** No que tange à previsão do inciso III do artigo anterior deverá ser observado o seguinte:

**I** - estando os estabelecimentos substituto e substituído sediados neste Estado, além da escrituração deverá ser consignado no DAE: o nome e a inscrição estadual do contribuinte substituído e a Nota Fiscal referente ao ressarcimento de que cuida o art. 2º desta Portaria;

**II** - estando o estabelecimento substituto sediado em outra unidade federativa:

**a)** indicar no campo 23 “Informações Complementares” da Guia Nacional de Recolhimento (GNR) a expressão contida no *caput* do artigo anterior;

**b)** indicar o número da inscrição estadual do contribuinte substituído que tenha emitido Notas Fiscais de ressarcimento para o fim específico do benefício do FAZCULTURA, na informação requerida na cláusula décima terceira do Convênio ICMS 81/93.

**Art. 5º** Para efeito do recolhimento do imposto devido, como indicado nos incisos I a III do art. 1º desta Portaria, o DAE será preenchido adotando-se os procedimentos definidos nos parágrafos deste artigo.

**§ 1º** Se disser respeito ao inciso I: no valor líquido encontrado após a dedução

efetuada na forma do inciso I do art. 3º.

**§ 2º** Se disser respeito ao inciso II: no valor líquido após abatimento da parcela correspondente ao título de incentivo, limitada a 5% (cinco por cento) do imposto devido em cada operação.

**§ 3º** Se disser respeito ao inciso III no valor líquido após deduzida a parcela correspondente ao título de incentivo, limitada a 5% (cinco por cento) do imposto devido em cada período de apuração.

**Art. 6º** Para os efeitos de abatimento do incentivo ao FAZCULTURA, no recolhimento do imposto devido nas operações indicadas no inciso IV do art. 1º desta Portaria deverá ser observado o seguinte:

**I** - se o contribuinte substituto estiver sediado em outra unidade federativa o recolhimento será efetuado através de GNR preenchida pelo valor líquido encontrado após o abatimento dos valores das Notas Fiscais de ressarcimento recebidas para tal finalidade, atendido o requisito do § 1º deste artigo.

**II** - se o contribuinte substituto estiver sediado neste Estado será efetuado através de DAE preenchido pelo valor líquido encontrado após o desconto dos valores constantes em Notas Fiscais de ressarcimento, atendida a disposição do § 2º deste artigo;

**III** - se o contribuinte tiver de recolher imposto relativo à antecipação tributária, em que a lei lhe atribui a sujeição passiva pela entrada da mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado, será feito mediante DAE preenchido pelo valor líquido após abatido o valor relativo ao incentivo do FAZCULTURA, atendida a exigência do § 3º deste artigo.

**§ 1º** O abatimento tratado no inciso I fica limitado a 5% (cinco por cento) do valor do imposto retido de cada contribuinte substituído, na próxima operação de venda efetuada a este pelo contribuinte substituto, após o recebimento da Nota Fiscal de ressarcimento.

**§ 2º** O desconto de que cuida o inciso II deste artigo fica limitado a 5% (cinco) por cento do valor retido do contribuinte substituído na próxima venda efetuada a este pelo substituto após o recebimento da Nota Fiscal de ressarcimento.

**§ 3º** O abatimento indicado no inciso III fica limitado a 5% (cinco por cento) do valor devido pelo contribuinte em cada período de apuração, relativo à antecipação do imposto pela entrada de mercadoria ou bem no seu estabelecimento.

**§ 4º** Poderão ser emitidas tantas notas fiscais quantos forem os estabelecimentos substitutos com quem o Patrocinador mantenha negócios, respeitados os limites previstos nos parágrafos anteriores.

**Art. 7º** Na hipótese do ressarcimento previsto no artigo antecedente o estabelecimento substituto poderá deduzir o valor do imposto retido do próximo recolhimento a ser feito a este Estado.

**Art. 8º** O Diretor do Departamento de Administração Tributária (DAT) poderá baixar instruções necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

**Art. 9º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**RODOLPHO TOURINHO NETO**  
Secretário